



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 9º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7828 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23123.007423/2018-05

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de informações cadastrais das empresas que atuam na imprensa nacional - Mailing de Imprensa.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico, será realizada por meio de **dispensa de licitação**, pois tem amparo legal no inciso II, do Art. 24, da Lei nº. 8.666/93.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Assessoria de Comunicação Social (ACS) do Ministério da Educação atua para dar informações sobre as atividades do MEC, facilitando o acesso do público e dos jornalistas às informações sobre as principais ações e projetos desenvolvidos. O trabalho tem a missão de atender aos princípios constitucionais da transparência e do direito de acesso à informação pública. A ACS redige e divulga de *press releases* (comunicados de imprensa) sobre a atuação do MEC, suas secretarias e autarquias, mantém contato direto com jornalistas e atende às demandas da imprensa - importante canal de diálogo com a sociedade.

3.2. Os textos produzidos, quando necessários são enviados aos jornalistas em todo o Brasil, com o objetivo de dar agilidade à informação. O mailing de imprensa é uma ferramenta essencial para o trabalho de qualquer Assessoria de Comunicação.

4. DA ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O sistema deverá permitir a confecção de listas de endereços de e-mails e mailings, com seleção a ser feita a partir dos seguintes critérios, entre outros:

- a) Localização do veículo/Abrangência (região, estado e cidade);
- b) Tipo de veículo/Mídia (jornal, rádio, televisão, internet, agências de notícias, etc);
- c) Editoria/Departamento/Área de atuação do repórter/Especialidade;
- d) Cargo do jornalista (editor, repórter, chefe de redação, etc);

e) Períodicidade/Tiragem (veículos de grande mídia, mídia regional, mídia local, etc);

4.2. Com base nos critérios de busca selecionados pelo usuário, o sistema deverá processar a pesquisa e tornar o resultado visível.

4.3. Uma vez gerado, o mailing ficará hospedado no servidor da contratada, de forma que possa ser acessado, via internet, por qualquer usuário que detenha autorização de acesso (login e senha).

4.4. O sistema deverá ser capaz de gravar um ou mais mailings ou listas, além de disponibilizar ao usuário a opção de atualizar os contatos dos mailings já gerados

4.5. 4.5 O sistema deverá gerar relatórios dos mailings gravados, com informações como o número de profissionais constantes daquele mailing, seus respectivos cargos, o número de veículos constantes do mailing, o tipo dos veículos, entre outras informações.

4.6. 4.6 A CONTRATADA fornecerá login e senha ao CONTRATANTE, possibilitando que os usuários indicados pela ACS/MEC acessem o serviço.

4.7. 4.7 O serviço deverá ser acessado via internet, a partir de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores, mediante login e senha, ou a partir de rede local.

4.8. 4.8 A ferramenta deverá enviar arquivos em formato texto (word e sistemas compatíveis), HTML ou PDF, além de oferecer opção de edição de papel de carta personalizado, inclusão de assinatura automática, de arquivos anexados e de hyperlinks, de fotos ou imagens em formato jpeg e de vídeos.

4.9. 4.9 A ferramenta deverá manter arquivo digital de releases e mensagens enviados

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

5.1. O valor estimado para a execução do objeto deste Projeto Básico será R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais) anual, conforme pesquisa de mercado elaborada pela área demandante.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após disponibilização/autorização de acesso (login e senha) ao sistema, constante de Nota Fiscal/Fatura, mediante emissão de ordem bancária, a qual será devidamente atestada pelo Gestor designado para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, após consulta *on line* junto ao SICAF, em observância do disposto no artigo 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Proporcionar todas, as facilidades para que a Empresa possa desempenhar seus serviços dentro das especificações deste Projeto Básico.

7.2. Acompanhar, conferir e fiscalizar os serviços executados, por meio da indicação de um representante da Contratante, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas.

7.3. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Projeto Básico que venham a ser solicitados pela Contratada.

7.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre Imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

7.5. O CONTRATANTE detém o direito de uso do material adquirido, podendo usá-lo da forma que melhor lhe convier.

7.6. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, nas condições e preços pactuados.

7.7. Verificar a regularidade dos encargos sociais antes de cada pagamento.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Fornecer suporte técnico e especializado aos usuários dos serviços, online ou por telefone, de segunda a sexta-feira em horário comercial, no mínimo.

8.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

8.3. Manter sigilo acerca de quaisquer informações obtidas em virtude da realização dos serviços contratados e garantir a inviolabilidade dos sistemas e a segurança dos dados neles armazenados.

8.4. Solucionar quaisquer falhas técnicas na página de acesso ou nos sistemas de mailing e de distribuição releases, restabelecendo integralmente o funcionamento dos serviços.

8.5. Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a CONTRATANTE.

8.6. Prestar os serviços objeto desta contratação em período integral; ou seja, 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

8.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

8.8. Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

8.9. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços.

8.10. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, sob pena de rescisão do instrumento.

8.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização será exercida por servidor designado pela Assessoria de Comunicação nos termos do Artigo 67. da Lei nº 8.666/93.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem' reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa-ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O Termo de Contrato da prestação do serviço será substituído pela Nota de Empenho na forma do § 4º, inciso II do artigo 62 da Lei nº. 8.666/93, observadas as disposições deste Projeto Básico.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão à conta do Orçamento da União do exercício de 2016, elemento de Despesa 33.90.39-01.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) licitante vencedora (s) que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do Projeto;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Fizer declaração falsa;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- h) Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- i) Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação.

12.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

12.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

12.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.

12.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

12.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.8. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

12.9. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.10. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

12.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DA VIGÊNCIA

13.1. A execução do objeto deste Projeto Básico terá vigência de 12 (doze) meses. O prazo para início da execução dos serviços será contada a partir da disponibilização/autorização de acesso (login e senha) ao sistema/ferramenta em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da nota de empenho.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico serão esclarecidas pela Assessoria de Comunicação Social (ACS/GM): Emmanuel Macedo da Silva Filho, e-mail: EmmanuelFilho@mec.gov.br, Fone: (61) 2022.7518

Encaminhe-se à Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, para providências.

Atenciosamente,

Brasília, 21/12/2018

Gilberta Maria Barros de Queiroz
Chefe da Assessoria de Comunicação Social



Documento assinado eletronicamente por **Gilberta Maria Barros de Queiroz, Chefe de Assessoria**, em 21/12/2018, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1370652** e o código CRC **931A0B58**.

1.